

Gestão Territorial e Indigenismo Ambiental: processos de mudança e disputas em torno da ação, participação e representação, dos indígenas Memörtumré Canela, no Maranhão¹

Ismatônio de Castro Sousa Sarmiento²

RESUMO

Os processos interétnicos envolventes, configurados no campo indigenista ambientalista, são sobremaneira multifatoriais e antagônicos. Nesta proposta, ensejo uma discussão acerca dos projetos de gestão socioambiental, na terra indígena Kanela, produzidos na interface relacional com os indígenas Memörtumré Canela. Serão objeto de análise o conjunto das múltiplas e dinâmicas representações que organizam e orientam a ação política, desta coletividade. Trarei à lume os cenários nos quais as ações e representações políticas indígenas estão em disputa, face os projetos de desenvolvimento e o acirramento de intensos conflitos fundiários, entre os diferentes atores, indígenas e não-indígenas.

Palavras-Chave: Indigenismo; Ambiente; Território; Representações; Conflitos

ABSTRACT

The complex interethnic processes unfolding within the field of environmentalist indigenism are highly multifactorial and antagonistic. This proposal aims to discuss socio-environmental management projects in the Kanela Indigenous Territory, developed through the relational interface with the Memörtumré Canela people. The analysis will focus on the set of multiple, dynamic representations that organize and guide this collective's political action. I will examine the scenarios in which Indigenous political actions and representations are contested—particularly in the face of development projects and intensifying land conflicts involving various Indigenous and non-Indigenous actors.

Keywords: Indigenism; Environment; Territory; Representations; Conflicts

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia

² Doutor em Antropologia, pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí. Pesquisador no Laboratório de Estudos sobre Movimentos Sociais, Trabalho e Identidade, da Universidade Federal Fluminense (LEMSTI).

A transição histórica para o modelo indigenista ambiental-sustentável

De maneira geral, as transformações no campo, impulsionadas na passagem do século XIX para o século XX, refletem os avanços no processo de industrialização no Brasil. A modernização agrícola foi impulsionada pela mecanização do trabalho produtivo. Uma produção de caráter mais interno, local e independente, foi sendo paulatinamente substituída pelo regime de codificação da terra (transformadas em propriedade privada) e do modo de produção capitalista industrial, voltado para atender às crescentes demandas do mercado mundial em expansão. Efeitos que influenciaram drasticamente as políticas indigenistas e a situação social indígena, no Brasil.

Nos seringais, o indígena, muitas vezes nomeado de tapuio, caboclo, mestiço, mameluco etc. foi a força de trabalho dominante, desde os primeiros anos de exploração econômica. Nos cerrados maranhenses, uma parte do contingente indígena era estimulada pelo SPI a desenvolver técnicas de produção agrícola, enquanto uma outra era absorvida pelas frentes açucareiras, algodozeiras e pastoris, já um tanto decadentes, no século XX. Não obstante, a região amazônica experimentava forte incremento de famílias nordestinas, nas unidades de produção seringueira, emigradas em virtude das secas e dos “atrativos” econômicos regionais; sob o verniz de utopias, cultivadas pela crença na ideia do desenvolvimento e emancipação social da nação. Se no Nordeste houve uma liberação da força de trabalho imobilizada pela *plantation* açucareira, o contexto da Amazônia foi marcado por uma radical mobilidade, avanço e abertura de suas fronteiras.

Tal conjectura histórica, iniciada na Europa Ocidental do século XVIII, reflete a condição de poder, que Otávio Velho (2009) denomina de “capitalismo autoritário”. Em síntese, um capitalismo burguês, de caráter modernizador e centralizador, experimentado, sobretudo, por aqueles Estado-Nações que conheceram uma “revolução burguesa” fundamentada na colonização. Países como o Brasil que, vistos como supostamente “atrasados” em termos do desenvolvimento capitalista moderno, cederiam lugar às pressões internacionais, com vistas a ocupar uma posição frente às necessidades e os interesses evocados pelo sistema de relações e forças dominantes. Ainda segundo o autor, o capitalismo autoritário encontra suas raízes nas formas arcaicas de repressão da força de trabalho – dentre estes, os indígenas –, tendo no Brasil encontrado, não uma barreira, mas um terreno fértil deixado pelo autoritarismo político e pela *plantation* escravista.

No contexto brasileiro, a penetração das políticas indigenistas veio, de alguma forma, atender às demandas econômicas crescentes; a reconfiguração do moderno capitalismo, na passagem da primeira para a segunda metade do século XX, pressionava os estado-nações latino-americanos, no sentido da incorporação de mão-de-obra, no campo e nas cidades, o que impulsionava a incorporação de estoques populacionais indígenas, na condição de proletariado camponês, trabalhadores do campo livres.

O paradigma indigenista, sustentado no modelo integracionista, fora inicialmente instaurado no México, após a Revolução de 1910. O indigenismo mexicano – contando com uma linha de pensamento intelectual antropológico, mais profissional e institucionalizada – tinha como mote estratégico, a ação do Estado no sentido de incorporar/integrar as populações indígenas ao seio da comunidade nacional enquanto trabalhadores do campo, proletariado rural, um campesinato indígena. Isto é, uma força de trabalho endereçada aos interesses de desenvolvimento e modernização econômico-capitalista, no país. Esta ideologia que orientou o indigenismo mexicano, forneceu as bases para o que viria a caracterizar a ação indigenista em diferentes realidades sociais e políticas da América Latina, como foram os casos do Brasil, do Peru e do Equador. A tradição sertanista brasileira e o imperativo do avanço da fronteira econômica, a partir dos anos 1930, conciliou-se de maneira efetiva ao ideário moderno importado, de integração do índio ao seio da sociedade nacional (Lima, 2002; Verdum, 2006).

Esta ideologia política de Estado, enquanto saber prático, foi sendo modificada com o passar dos séculos, transitando do modelo “sertanista”, para um modelo cujo viés é mais institucionalizado, profissional, burocratizado e racionalmente mais eficaz quanto aos seus meios e fins. Inspirado na experiência do indigenismo mexicano, este modelo se consolida no Brasil, a partir do final dos anos 1930 e início dos anos 1940. A partir de então, o SPI começa a requerer, cada vez mais, o trabalho dos antropólogos nos seus quadros profissionais, administrativos e institucionais (Lima, 2002). Não é por demais vislumbrar o salto, posto que, em suas origens históricas, no ano de 1910, – quando ainda era o Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) – o órgão indigenista operava segundo os ditames da garantia de sobrevivência dos povos indígenas, vistos como em um processo irreversível de desaparecimento, quando não, de assimilação. O índio figurava como um ser transitório, um estágio de selvageria, em princípio, muito distante da civilização (Ribeiro, 2017). Logo, a ideologia e as práticas tutelares, no exercício político-administrativo do Estado indigenista brasileiro, estavam legitimadas alhures, *in actu*. Não obstante, “o exercício do *poder tutelar* implica em obter

o monopólio dos atos de definir e controlar o que seja a população sobre a qual incidirá” (Lima, 1995).

Nos anos de 1960, quando há, digamos, uma maior “profissionalização” no que toca aos assuntos indígenas. A FUNAI foi criada para substituir o SPI (dar continuidade ao seu projeto nacional de indigenismo, em certos aspectos), com a missão de avançar/modernizar as práticas de pacificação, integração e proteção do índio, agora lhes conferindo maior autonomia, rompendo paulatinamente com a concepção de tutela, e dando mais atenção para a dimensão político-econômica.

As mudanças no indigenismo foram sentidas, ora de maneira mais perceptível, ora mais tímida, de efeitos menos imediatos. Em suma, do início do século XX, sobretudo desde a fundação do SPI, até o marco histórico da constituição federal de 1988, podemos perceber uma passagem de uma dimensão indigenista, colonialista, mais centralizadora e intervencionista; aos trâmites de um indigenismo constitucionalista, profissional e ativista, amparado na atuação especializada de agentes treinados pela antropologia. A partir do elã indigenismo-antropologia, o diálogo com o Direito se aprofundou, e a participação ativa dos indígenas nesta arena de disputas, social-jurídica-política-científica, foi se tornando cada vez mais ampliada e fundamental.

Do início de 1990 em diante, impulsionadas pelo fio condutor da Constituição Federal Cidadã, as pautas ambientalistas foram ganhando maior envergadura. Embora sua sociogênese possa ser localizada na década de 70 (ou até antes), os anos 90 inauguram processos diferenciados de aceleradas transformações, no movimento das engrenagens políticas da economia ambiental; um campo fértil o bastante para fazer brotar a ideologia ambientalista global, os novos modelos de gestão ambiental das terras indígenas e as frentes “ecologizadas” de ação e organização do movimento indígena, configurando a arquitetura histórica, social, política, territorial, do que denomino indigenismo ambientalista, com os seus mapas mentais, instrumentos de poder e quadros tecnocráticos de atuação.

A Economia Política do Meio Ambiente vem sendo gestada há pouco mais de meio século, muito embora tenha sofrido nuances, no decorrer de décadas. Transitando de preocupações iniciais, mais centradas na escassez acelerada de recursos naturais e na redução de biodiversidade, consumados (e consumidos) pelas próprias engrenagens industriais do capitalismo moderno; para gravitar – com maior prospecção a partir do final dos anos de 1990, como (se fosse o) prenúncio do novo milênio – em torno do colapso ecológico irreversível do planeta Terra, provocado pelas mudanças climáticas,

operacionalizados pelas predatórias ações da espécie humana. Em síntese, chegamos ao antropoceno; temporalidades históricas agora coincidem com escalas geológicas.

Fazendo um breve recorte dos referenciais históricos que marcaram este panorama mutante; em meio ao derretimento das calotas polares e à desertificação dos trópicos, diferentes eventos de caráter global, foram articulando, não apenas acordos e tratados internacionais, mas a constituição de um novo modelo de Gestão Planetária. A ideia de uma Economia Capitalista Sustentável, com todos os seus suportes lógicos e ideológicos.

Em 1972, deu-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente, sediada em Estocolmo, na Suécia. A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), sediada no Rio de Janeiro, em 1992. E, celebrando seus 20 anos, novamente no Rio de Janeiro, foi sediada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Das mudanças políticas globais paradigmáticas, resultaram planos, projetos e protocolos ecológico-ambientais. Ao longo dos anos e até a atualidade, coordenados por diferentes atores políticos globais, entre os quais estão os povos indígenas. Com efeito, viriam a influenciar sobremaneira, direta e indiretamente, a gestão das terras indígenas, no Brasil, e, não obstante, os próprios processos de organização social, étnica, política, econômica, das sociedades indígenas, em suas mais diversas realidades históricas, geográficas e culturais. Pode-se citar o exemplo dos parâmetros e princípios, estabelecidos pela Convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais (OIT-169), em Genebra, 1989; da implementação do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), cujas discussões de elaboração, buscam refletir os anseios, entendimentos, bases científicas e princípios normativos, articulados na Rio-92; da aprovação do Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI), em 2009, e posterior criação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), em 2012. Assim como a adoção do Acordo de Paris, na COP21, assinado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), visando o estabelecimento de metas para redução dos impactos do aquecimento global. Também com a participação ativa de lideranças indígenas nacionais (Barroso-Hoffman; Rosenthal; Xavier, 2007; Lima, A., 2002; Lima, L., 2002).

A convenção da Organização Internacional do Trabalho nº 169, da Organização das Nações Unidas, de 1989, estabeleceu parâmetros para o que viriam ser as políticas indigenistas socioambientais voltadas para os povos e terras indígenas; um acontecimento histórico determinante, na transição para o indigenismo ambientalista e o processo de

internacionalização do modelo tecnicista mediante a vertente das políticas de gestão sustentável das terras indígenas e da Amazônia brasileira. Da OIT-169, seguiram-se as diretrizes estabelecidas pela ONU, entre 1992 e 1994 (Rio-92 e Assembleias Gerais da ONU, em 1993-1994), visando promover princípios e metas ambientalistas, em consonância com os direitos dos povos indígenas. Também merece ser destacada a Resolução 48/163, de 1995, para os planos estratégicos da chamada Década Internacional dos Povos Indígenas (1995-2005). Para complementar, Verdum (2006) esclarece como as agendas de gestão ambiental indígena, resultam de processos desencadeados com maior plenitude nas décadas de 80 e 90, são na verdade, desdobramentos do indigenismo internacionalista, de meados do século XX. Neste intento, cita um evento catalizador, de grande relevância histórica; qual seja, os protocolos estabelecidos na Convenção 107 da OIT, de 05 de julho de 1957, que serviu de suporte para os postulados evocados e ratificados na Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

Em outras palavras e em síntese, a passagem do final do século XX para o século XXI, marca, no Brasil, a transição da política desenvolvimentista orientada para a tutela e a integração nacional indígena, para uma outra modalidade de desenvolvimento; o projeto desenvolvimentista ecológico-sustentável, articulado pelo protagonismo político dos movimentos indígenas e o surgimento das organizações e do associativismo indígena. Tais horizontes desembocam nas políticas de demarcação das terras indígenas, no reconhecimento constitucional dos direitos dos povos indígenas, bem como na ratificação na OIT 169, pelo Congresso Nacional, em junho de 2002.

As transformações descritas neste recorte histórico fomentaram a reformulação de tradições e a proliferação de atores políticos próprios do indigenismo ambientalista ou campo indigenista-ambiental: ONGs, Cooperações multilaterais e bilaterais, agências financeiras internacionais, cientistas de diversas áreas, entre os quais os antropólogos, incursionados a partir de suas instituições de pesquisa etc. A sustentabilidade ambiental consolida-se como marca do projeto político de apoiar o "desenvolvimento dos povos indígenas". O indigenismo ambientalista abre espaço para as políticas do meio ambiente voltadas para os territórios indígenas, com o fomento de diferentes agências formuladoras/propositoras e de investimento/financiamento, do mundo globalizado. Além disso, nessa gestão ambiental dos territórios indígenas, torna-se indispensável o papel político decisivo desempenhado por estes sujeitos, na definição dos contornos de projetos de desenvolvimento, que lhes afetam e lhes dizem respeito.

Tem-se, com efeito, todo o panorama de um processo marcado pela transição de modelos indigenistas centrados na integração das sociedades indígenas a um “proletariado campesino”, uma via libertadora que buscava um “mínimo de igualitarismo”, de redução das desigualdades sociais, da pobreza, da fome, pela promoção de políticas fundiárias, a liberação da terra. Em direção a um modelo que combina a garantia dos direitos quanto aos territórios constitucionalmente demarcados e homologados, aos programas, projetos, acordos e protocolos, produzidos nas cúpulas internacionais da Economia Política ecológico-sustentável.

Por sua vez, categorias tais quais gestão ambiental sustentável das terras indígenas, mercado de projetos, política ecológica etc. precisam ser mais bem definidas, detalhadas; tarefa que nos convoca a olhares mais dedicados sutis, clínicos e criteriosos (Paula, 2007). A questão global do desenvolvimento sustentável, além dos objetivos dos poderes globais, de construção de um novo modelo capitalista; em suas implicações locais, busca constituir-se em uma alternativa ao desenvolvimento predatório, cujos resultados históricos, cientificamente explicitados, levaram a humanidade a ultrapassar, de forma alarmante, os limites planetários da “natureza”, progredindo para o esgotamento de recursos e às catástrofes ecológicas sistemáticas, como a das mudanças climáticas.

A ambientalização da gestão territorial das terras indígenas

Peres (2013) percebe o processo de “ambientalização” dos discursos e das ações políticas indígenas e indigenistas, em um campo híbrido, interseccionado e multifacetado por diferentes agências, em diferentes escalas. A ambientalização do idioma político recodifica as dinâmicas de gestão das terras indígenas. O léxico político ambientalista redefine os modos como são concebidas, interpretadas as terras indígenas, seus recursos naturais, seu repertório de territorialidades. Por conseguinte, as próprias agendas que orientam os movimentos sociais indígenas e organizações indígenas, são modificadas. O indigenismo ambientalista emerge de uma recontextualização das estruturas administrativas indigenistas, no Brasil, com a emergência das políticas ambientalistas internacionais, potencializadas com a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI).

A nível nacional, a Comissão Nacional de Política Indigenista, tem se mostrado uma importante arena de interlocução entre o ativismo indígena e o Estado brasileiro. - Ao fim do regime militar, com a conjuntura política global emergente, constitui-se “um

padrão de interação conflitiva entre o Estado brasileiro, movimentos internacionais e agências multilaterais de financiamento” (Lima, 2007, p. 32). Buscando a integração dos atores políticos indígenas junto às iniciativas do Governo Federal, na vigência dos mandatos presidenciais de Lula-Dilma, as Organizações Governamentais, Não-Governamentais (ONGs) e representações políticas e financeiras internacionais, ampliaram as parcerias com os povos indígenas, visando a sua participação ativa na implementação de projetos socioambientais destinados ao incentivo das práticas ecológicas de manejo e uso sustentável dos recursos naturais, nas reservas indígenas, via projetos subsidiados sob o guarda-chuva do PNGATI e dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI). Deste modo, buscavam o fortalecimento da gestão ambiental dos territórios e a introdução de técnicas inovadoras não somente na conservação ecológica, mas na produção agroecológica sustentável. Alguns dos órgãos mais importantes, que atuam em interação com atores indígenas, com a participação destes sujeitos políticos em seus conselhos e quadros técnicos, bem como na coordenação de projetos socioambientais, são: o Instituto Socioambiental (ISA), que conta com o Programa de Monitoramento das Áreas Indígenas Protegidas (no intuito de produzir, sistematizar e disponibilizar dados e informações quantitativas a respeito das TIIs). Além dele o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPEN) e o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé).

Outro veículo político dos mais importantes, cuja finalidade (um das) é a gestão ambiental e territorial das terras indígenas, é o PPTAL. O Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia (PPTAL) surge no interior do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), com o objetivo de avançar no processo de regularização das terras indígenas da Amazônia Legal e contribuir uma outra prioridade estabelecida, de demarcar todas as terras indígenas em cinco anos contados da promulgação Constituição Federal de 1988 (algo que, embora almejado, não fora alcançado até os dias atuais). Derivado do PPG7, conta com aportes financeiros oriundos dos sete países membros do programa. O PPTAL foi formalizado entre os anos de 1992 e 1995, sob o prisma de atuar, entre outras frentes, no imbróglio das regularizações fundiárias e das demarcações de terras indígenas, tendo como parceiros órgãos de Estado, como a FUNAI, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e instituições financeiras como a agência de cooperação alemã, GTZ, e o Banco Alemão de Desenvolvimento KfW – principais componentes da Cooperação bilateral Brasil-Alemanha. As parcerias firmadas com o Brasil, a partir do

PPTAL, se dão por meio de investimentos na sustentabilidade da Amazônia e das terras indígenas, provenientes tanto de fundos financeiros próprios quanto de recursos do fundo Amazônia e linhas de financiamento específicas, disponibilizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O eixo de ação de PPTAL está centrado nas políticas públicas e na implementação do “componente indígena” do PPG7. Entrementes, o Fórum de Cooperação Internacional, ocorrido em Brasília, em 1993, foi um importante vetor para o PPTAL. Implicou a conexão entre conhecimento (ciência), valores (ética ecológica) e práticas (fazer político), nas pesquisas elaboradas, a fim de fundamentar políticas públicas destinadas ao desenvolvimento socioambiental. Coadunando com a Constituição brasileira, o PPTAL busca garantir o direito de posse das comunidades indígenas às terras indígenas, por um lado; e, por outro, nos projetos ambientais, fomentar a articulação entre o manejo tradicional do meio ambiente, com as novas tecnologias, potencializando, assim, a o desenvolvimento socioambiental – a qualidade da vida social e cultural indígena, a preservação do ecossistema florestal e a reprodução física e cultural destas sociedades, em seus territórios (Matos, 2007).

A participação institucional indígena, nos programas, nos órgãos, na burocracia do Indigenismo Ambientalista, tem se dado de forma mais efetiva através do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), via Comissão Paritária Deliberativa, e nos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), via Comissão Executiva. A participação como protagonistas nas políticas de gestão ambiental das terras indígenas, ainda requer o avanço de muitos degraus, com a superação de entraves que impedem a inclusão de demandas verdadeiramente legítimas, no processo de “feitura dos projetos”; donde as lideranças, movimentos e organizações dos povos indígenas possam contribuir desde o início, não apenas adaptando-se à linguagem formal/burocrática pronta e acabada de programas meramente projetados para serem absorvidos. Por outro lado, as autoridades indígenas pleiteiam, paralelamente, uma participação mais ativa nos diálogos em relação aos recursos, subsídios e às linhas de financiamento (seu montante, direcionamento, usos, finalidades), seja com os fiadores, doadores ou agências de cooperação, nacionais ou estrangeiros. Outra preocupação recorrente a gerar desconfiança, suscitando iniciativas resolutivas, é quanto ao abandono dos projetos e das comunidades envolvidas. Projetos ambientais, na medida em que se impõe perante múltiplos interesses externos, são cada vez mais demandados, desejados, pelas comunidades indígenas, com vistas as suas próprias ações propositivas. Ideia que

poderia ser viabilizada com a concretização de projetos de longo prazo; projetos que possam ser desenvolvidos, adequados ao horizonte sociocultural, político, econômico e territorial do grupo beneficiado; de forma que amadureçam, gerem “frutos”, sendo paulatinamente apropriados, assumidos permanentemente pela coletividade.

A questão da execução de políticas públicas por parte dos Programas de Apoio, pluraliza o campo de atuação do indigenismo junto aos públicos-alvo dos projetos. O indigenismo ambiental, neste caso, envolve atividades multidisciplinares e interdisciplinares, compostas por atores/representantes “especializados” em questões educacionais, culturais, fundiárias, tecnológicas, da saúde, do bem-estar social, entre outros, para além dos ambientalistas propriamente ditos (organismos de cooperação, ONGs, fontes financiadoras). Todavia, este *ecossistema de especialidades* circunda um ecossistema principal, central, o ambiental. Os participantes, na interface relacional com os sujeitos indígenas, conjuntamente, devem contribuir desde a elaboração dos projetos (seus objetivos, base metodológica), passando pela aprovação, execução e resultados.

O campo político ecológico revela-se um campo de lutas em torno das políticas ambientais, a partir do qual vislumbramos as disputas internas às sociedades e Organizações Indígenas. Alhures, em suas imbricações com o indigenismo e a vida social dos indígenas brasileiros, provoca sensibilidades, visibilidades, intencionalidades, que também são modos de expressão da conflitualidade, do exercício do poder e que pairam em todas dimensões, desde as mais burocráticas até o plexo de trocas sociais mais ordinárias; conferindo sentidos afetivo-corporais – “corpo e alma” – às ações tidas a priori como meras projeções de sistemas racionais-instrumentais, aparentemente impessoais, neutras, objetivas e, portanto puramente institucionais e/ou pragmáticas.

Na realidade social, a qual experienciei etnograficamente, na aldeia Escalvado, diversos atores sociais se questionam “para onde vão” (onde podem ser visualizados, tateados) tantos recursos oriundos de projetos, fundos, parcerias públicas e privadas, indenizações: recursos do PPTAL, PDPI, de projetos de gestão ambiental via PNGATI; das políticas indigenistas (MIP, FUNAI), royalties (de patentes, impactos socioambientais...); das ONGs, cooperação/ajuda internacional, Fundo Amazônia, mercado de créditos de carbono; políticas públicas para a agricultura, turismo, saúde, educação, cultura e assim por diante. Não obstante, demonstram ciência em relação às clivagens e disputas internas: lideranças específicas ou determinados grupos que concentram influência, riqueza material e poder, obtendo de algum modo, vantagens financeiras em detrimento dos demais membros da comunidade; para não falar naqueles

que trabalham na gestão administrativa e/ou integram os conselhos e cargos diretivos, nas associações e organizações indígenas, repartições públicas ligadas às políticas indigenistas, ao meio ambiente e demais instâncias de atuação. Como disse uma liderança em reunião de pátio: “poucos com muito e muito pouco dividido entre todos os outros”. Ao que complementa bem a fala de um outro sujeito: “preservar o meio ambiente é importante, mas sem dinheiro não dá para viver”. Em outras palavras, as políticas de sustentabilidade e gestão das terras indígenas resvalam e se mesclam às necessidades materiais de existência urgentes e emergentes, impostas pela dependência do mercado capitalista, na escala local.

Nas representações dos sujeitos Memörtumré residem “quereres”, “não-quereres”, manifestações a contento (satisfatórias) ou a contragosto (insatisfatórias); insurgências coletivas organizadas e mobilizadas por afetos; interesses políticos “afetados”, moldados segundo os afetos (e vice-versa); políticas dos afetos, afetividades políticas: “eu quero”, “eu não quero”; “vamos fazer isso”, “não vamos por aquele caminho”; “é do meu interesse que seja assim”, “eu quero assim”, “queremos, desejamos”.

Conflitos territoriais-ambientais e representações em disputa

Os processos de desenvolvimento das políticas ambientais são provenientes de uma correlação de forças: a intervenção externa, advinda da cooperação internacional, em favor do novo modelo econômico, desenhado sob o viés da sustentabilidade ecológica do meio ambiente; um deslocamento das disputas fundiárias entre os povos indígenas e os setores do agronegócio e da mineração, acirrando conflitos históricos e trazendo à tona antigos equívocos, narrativas preconceituosas, como a de que há “muita terra para pouco índio” ou de que “terras indígenas são improdutivas”, que permeiam o imaginário político da sociedade brasileira; o cenário violento de disputas, donde as demarcações em curso ou já homologadas, na medida em que a legitimidade de direitos conquistados é posta em questão, em premissas jurídicas controversas como a do Marco Temporal.

Durante os dias que estive na aldeia Escalvado, nos meses de julho e agosto de 2024, era patente a preocupação da comunidade, em dois níveis: um nível mais amplo, com o Marco Temporal. Ativistas Canela, integrantes do movimento indígena se mobilizavam em Brasília e informavam as lideranças políticas, de tudo o que acontecia. O ministro do STF, Gilmar Mendes, relator das ações referentes ao Marco Temporal,

instituiu uma Comissão Especial, buscando negociar uma conciliação com os indígenas. Conciliação esta recusada integralmente pela APIB.

Ao mesmo tempo, os sujeitos sabiam muito bem como tais problemáticas (fundiária, territorial e ambiental) estão interligadas, correlacionadas; dizem respeito ao mesmo escopo de interesses e perspectivas “mercantilistas” daqueles que detém mais poder, em relação às terras indígenas. Ambas as situações convergem para o aumento das margens de insegurança quanto aos conflitos fundiários/territoriais, assim como a própria autonomia política e social do povo sobre sua terra. A possibilidade de uma parceria entre o governo do Estado Maranhão e da prefeitura de Fernando Falcão, para construção de malhas rodoviárias e outros projetos de infraestrutura, incluindo a rodovia, no interior do território indígena Kanela, desde então, têm suscitado questionamentos das mais diferentes ordens, entre as lideranças. O impasse incide diretamente na necessidade da consulta prévia, livre e informada, aos povos indígenas, que, por motivações legítimas para da comunidade, cobram das autoridades maior transparência quanto à real natureza dos projetos, de suas reais intenções. Doravante, é preciso ressaltar que mesmo no âmbito interno – as diferentes lideranças, em seus grupos e facções políticas, ainda não alcançaram consenso.

Uma parte das pessoas da comunidade está interessada em como irá se beneficiar com os empreendimentos de impacto direto e/ou indireto na T.I. Esperam altas compensações financeiras, tendo em vista o aporte de recursos investidos pelo Governo Federal, oriundos do Pacto Pela Aceleração do Crescimento (PAC).

A despeito desta constatação, pelo que percebi, uma parcela majoritária dos indígenas Memortumré Canela, sente-se assediada, lesados quanto aos seus direitos de serem previamente consultados e ouvidos. Uma estrada ilegal, sem licenciamento, foi aberta ao final da última década, passando pela T.I Kanela, conectada a duas rodovias que ligam os municípios de Fernando Falcão e Grajaú. Esta é a estrada que os indígenas Memortumré Canela temem ser asfaltada. Os argumentos contrários sustentam-se com base nos seguintes fatores: prejuízos ao meio ambiente, aos recursos naturais do território, essenciais para a sobrevivência dos indivíduos; o contato descontrolado e possivelmente deletério com os não-indígenas; uma maior dificuldade para controlar e monitorar os fluxos através do território, redundando em mais invasões, violência, mortes, desmatamento, queimadas, caça predatória de animais, além de toda uma sorte de violações dos direitos humanos.

Uma realidade marcada pelo acirramento dos conflitos no campo, envolvendo indígenas, quilombolas, camponeses, de um lado; fazendeiros, representantes políticos do agronegócio, grileiros, mineradores, madeireiros, de outro. Tais disputas se dão no cerne do Estado e do Capital – instâncias sociais interdependentes, não-atomizadas, não-separadas do social –, em decorrência da expansão agropecuária, implantação de hidrelétricas, áreas de mineração, rodovias e outros projetos econômicos privados ou estatais. Como resposta social aos antagonismos, os diversos segmentos políticos diferenciados da sociedade, reúnem forças para lutar por seus direitos, negociar segundo os interesses coletivos, resistir e irromper diante das severas investidas que os fragilizam, fragmentam ou os dissolvem étnica e culturalmente.

Esta maioria enxerga aqueles que estão “a favor do asfalto” como “o povo que só quer saber do dinheiro e das mercadorias” que ele pode comprar. Os favoráveis ao diálogo e às negociações, são contra a resistência dos demais e os consideram atrasados. Justificam, como em algumas reuniões de pátio que participei, que com a estrada haverá melhoria das condições de vida, pois o desenvolvimento tecnológico chegará de vez; apontam que também a estrada facilitará o percurso para as cidades, facilitará o transporte de estudantes e pessoas doentes, para a cidade de Barra do Corda, São Luís, Teresina; e, por fim, esse desenvolvimento, abriria caminho para o “progresso individual” dos que tiverem o desejo de “mudar de vida” e “realizar conquistas”. No final das contas, todos esperam, caso seja irreversível, alcançarem algum benefício com os planos e promessas empresarial-governamentais. No mínimo, que pelo menos haja uma considerável compensação financeira, pagamentos de royalties, investimentos em melhorias na vida social, isto é, nas condições materiais.

Os conflitos com os não-indígenas se acirraram de 2023 para 2024. Restos mortais de pessoas da comunidade, eram encontrados em áreas de roça, próximos de riachos ou áreas de caça. Quando não, os corpos eram encontrados poucas horas após os assassinatos. Como pude presenciar, no caso de dois caçadores Memörtumré, brutalmente executados numa área próxima da aldeia Velha, quase nos limites com propriedades rurais vizinhas à T.I Memörtumré Kanela.

Foi também em agosto de 2024 que, devido à situação crítica enfrentada, uma demanda oriunda das lutas das lideranças políticas Memörtumré Canela, foi finalmente atendida. Devido a onda de incêndios recorde ocorrido no inverno seco do ano de 2024,

com um aumento de mais de 80% das queimadas³ em terra indígena e uma destruição de mais de 3 milhões de hectares, nestes territórios, o Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PrevFogo), em parceria com o IBAMA, a FUNAI e o ICMBIO, passou a atuar nos territórios indígenas mais afetados, para apoiar diferentes demandas, segundo as emergências de cada realidade específica. No caso da Terra Indígena Memortumré Kanela, aldeia Escalvado, comunidade indígena timbira da etnia Memortumré Canela, uma equipe foi designada para fazer a formação e formalizar a contratação de um corpo de brigadistas, constituído por indivíduos da própria comunidade. Estes, passariam a monitorar o território de forma permanente, prevenindo invasões ilegais de terra, desmatamentos florestais e focos de queimadas. Eu estive de perto, podendo acompanhar de perto a formação. Conversando com os indígenas selecionados para o treinamento e com agentes que trabalhavam para o IBAMA.

Aproximadamente 10% do bioma cerrados é abrangido pelas terras indígenas. Bem acima dos 3% representados pelas Unidades de Conservação (UCs). De tal modo, a preservação florestal das terras indígenas e a manutenção do bioma cerrado e de sua biodiversidade, estão intimamente ligados. Dados divulgados pelo Relatório Anual de Desmatamentos (RAD) do Mapa Biomas (Map Biomas) revelaram que, no ano de 2023, a T.I Porquinhos, do povo Canela Apanyekrá, foi a reserva de bioma cerrado com o maior desmatamento em território nacional; uma acelerada perda de aproximadamente 2,7 mil hectares de vegetação nativa – 6,2 mil hectares, somente no ano de 2024, segundo informações do ISA. Fato que está diretamente ligado aos empreendimentos latifundiários, legitimados por negligência do Estado, que atingiram este território. Dados do ISA apontam um desmatamento histórico acumulado de 11 mil hectares, na T.I Kanela. Além de mais, de acordo com as estatísticas mensuradas pelo CTI, o cerrado é um dos ecossistemas brasileiros mais ameaçados. Com 57% do bioma já inexistente e uma taxa de desmatamento equivalente a 1,5% ao ano. Alguns fatores explicam o recorde de incêndios florestais no ano de 2024, após o pico de 2010, bem como a devastação acelerada do bioma cerrado. O foco na Amazônia se provou ser uma estratégia política governamental eficiente, apenas em parte. Ao passo que se registra uma redução de quase 50% no desmatamento da floresta amazônica, entre os anos de 2022 e 2024 – um avanço considerável, se comparado aos anos críticos que foram de 2015 a 2021, com quase 10 milhões de hectares desmatados. Nos cerrados ocorreu exatamente o contrário. Ainda

³ Segundo dados do MapBiomas: <https://brasil.mapbiomas.org/2025/01/22/area-queimada-no-brasil-cresce-79-em-2024-e-supera-os-30-milhoes-de-hectares/>

segundo apontou o Map Biomas, o cerrado perdeu aproximadamente 1,1 milhão de hectares de mata nativa.

Por sua vez, o Relatório de Conflitos no Campo Brasil 2024, divulgado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), aponta para um número expressivo, considerado recorde, nos conflitos fundiários desvelados na região de expansão da soja: um total de 415 registros, no qual também consta o maior percentual de assassinatos. Em 2021, o Maranhão liderou as mortes ocasionadas por violência no campo. Ainda de acordo com o relatório RAD Biomas 2024, foram registradas ocorrências de 409 pessoas ameaçadas de morte, somente no estado do Maranhão, dentre os quais muitos indígenas de diferentes etnias. Para complementar, dados derivados do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), reportam 206 solicitações de proteção, em municípios maranhenses, desde 2016: entre estes, indivíduos pertencentes a comunidades quilombolas, pescadoras, indígenas e ativistas do movimento de luta pela reforma agrária.

Na zona rural, os conflitos fundiários ceifaram as vidas de 409 pessoas entre 2014 e 2024. Dados do Censo Agropecuário de 2017, demonstram que apesar de ter havido uma redução no número de estabelecimentos rurais, entre os anos de 2006 e 2017, da ordem de 1,98%; o quantitativo de hectares de terra ocupada subiu 5,28%. A concentração latifundiária, no Brasil, continua numa crescente ao longo das décadas. Mais hectares de terra para menos proprietários, embora, paralelamente, registra-se aumentos estatísticos na propriedade familiar da terra, no conjunto de terras arrendadas e assim por diante.

Representações e discursos políticos indígenas

De acordo com as representações elaboradas por Ricardo Kuthàkre Canela, os povos indígenas são, em essência, pacíficos, mas a belicosidade dos brancos os obrigou, em diferentes épocas históricas, a revidarem; atacar, lutar, reagir e resistir a uma guerra declarada pelos brancos. Com efeito, em sua perspectiva, a história oficial precisa ser desconstruída, pois “não foram os brancos que queriam pacificar os índios”. Os brancos os queriam mortos, escravizados. Mas “os índios só queriam se defender”. Ricardo se referia especificamente ao ideário de pacificação do SPI, “da época de Rondon” (palavras dele), quando na verdade, “foram os indígenas quem pacificaram os brancos” e não o contrário. Concluiu que, ainda hoje, quando as coisas “se acalmaram mais”, a sede de poder, controle de povos, riquezas e terras, dos brancos, não cessou. Para Ricardo, “ainda estamos em guerra”, com a diferença histórica de que prevalece hoje uma espécie “de

guerra fria”. Esta, por sua vez, seria ainda “mais difícil de ser vencida”, pois é um jogo de cartas marcadas que seduz o índio Canela para uma realidade cujo “preço a ser cobrado será muito caro”. Além do mais tal estado de conflito “silencioso”, é naturalizado, pois passa a ser concebido como imperativo/ordem da própria situação histórica legitimada.

Um Canela é aquele que abraça a causa política, que corre atrás. Eu falo com muito orgulho que sou um indígena Canela, que trabalho numa área de saúde onde me dou muito bem com meus colegas de trabalho. Um Canela respeita sua cultura. Eu tenho minhas crenças, meus costumes, meu jeito de ser. E nos respeitamos uns aos outros. Apesar de termos alguns problemas, mas sempre respeitei a minha base. Um Canela é acolhedor, compreensivo, que não tem problema com o próximo. Nem com o branco, por pior que seja e que por parte disso se aproveitam da gente (Misael Canela).

Em conversa com Misael Crotô Canela, ele me informa que houve o “tempo das guerras”, “o tempo das invasões”, “o tempo das profecias”. Nos dias de hoje, eis um novo tempo. Segundo ele, “momento para os grupos deixarem de lado suas intrigas”, pois “hoje todo mundo é índio”, “todo mundo é parente”, “nenhum é melhor do que o outro”. São atores de histórias em comum, partilham do mesmo microcosmo político. Misael, no entanto, explica que o heroísmo dos Memörtumré Canela, não pode ser desprezado, esquecido. Os Ramkokamekrá-Canela representam a fusão de dezenas de grupos timbira, que se unificaram de modo a garantirem sua sobrevivência física e resistirem contra o poderio político e econômico colonizador. “Somos muitos, afirma Misael”. Isso não quer dizer que não haja ali, em sua concepção, a “raiz genealógica” dos atuais timbiras. Numa justificativa que encontra lugar no mito, ele deduz que os “primeiros” e “verdadeiros” Canelas, são os descendentes do lendário herói Pankélé⁴ – assassinado repetidas vezes pelos próprios pais e irmãos, e revivido outras inúmeras vezes. Assim como no mito narrado por Glaucio Prythô e na fala de Ricardo Kuthàkre, a história trazida por Misael, transmitida pelo seu pai, afirma que: há centenas de anos, os ancestrais dos atuais povos Canela, teriam migrado da região serrana do atual Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de escapar da escravidão imposta pelas tropas coloniais portuguesas.

Numa avaliação histórica que perpassa sua própria história de vida; Raimundinho Canela evoca memórias, a fim de construir uma narrativa sobre as mudanças socioeconômicas e os arroubos do desenvolvimento capitalista e estatal, promovido aos

⁴ O mito de Pankelé é provavelmente uma adaptação discursiva do mito de Aukê. Em geral, os mais jovens falam em Pankelé como incorporando a figura do demiurgo, em lugar de Aukê. Tal mudança pode ter relação com os acontecimentos históricos ocorridos entre 1963 e 1967.

dispêndios da vida, das pessoas indígenas Memörtumré: de sua força de trabalho, de seu território; seu modo de vida, seu tempo de vida: “O Canela sempre soube trabalhar, mas então começou a vir o recurso de fora e ele teve que buscar. Trabalhar de outro jeito que não estávamos acostumados; com grandes empresários. Receber dinheiro, investimentos, essa coisa toda”. Recorda que tal mudança passa pela introdução de grandes empreendimentos macroeconômicos, com a exploração mineral no Projeto Grande Carajás, controlado pela Companhia Vale do Rio Doce. “Isso foi de 1988 pra frente. Lembro de participar do movimento político. Nós escrevemos muitos projetos. Vieram dois projetos de grande porte: o projeto da Alemanha e o projeto da Vale do Rio Doce. O projeto da Alemanha era com rebanho e agricultura. Tinha toda essa questão do meio ambiente e de ajudar o índio a se desenvolver [...] a Vale queria encontrar ouro, alumínio e gerar muita riqueza”.

Ao longo da história do desenvolvimento, no estado do Maranhão, grandes projetos econômicos como o Projeto Ferro-Carajás, a Ferrovia Norte-Sul e o complexo siderúrgico Marabá-Açailândia, instalados nos 1980 e 1990, contribuíram para as transformações sociais e espaciais, impactando severamente a vida dos indígenas, nas regiões afetadas. Professor Raimundinho Canela ressaltou a dificuldade da comunidade em compreender o que estava acontecendo. Falar o português era algo raro, o que tornava praticamente inviável fechar acordos sobre indenizações financeiras da Vale ou gerenciar os projetos trazidos pelos alemães. Vis a vis, “com os projetos, a gente recebeu grandes doações. O que parecia que era bom pra nós, que era pra nós crescer, desenvolver. Mas, infelizmente, o analfabetismo era grande demais; poucos sabiam falar o português, ler na língua portuguesa. A gente não compreendia bem como aconteciam essas negociações e então muito tempo depois fica claro que saímos perdendo. Porque o dinheiro acabou e outras coisas que era pra ficar, não ficaram”.

Em se tratando da FUNAI, governos ou ONGs ambientalistas, “os indígenas têm pouco espaço pra falar, porque [...] quem tem dinheiro manda na política. E essas pessoas dizem que não têm condições de mudar a vida do povo indígena brasileiro”, de acordo com a afirmação de Raimundinho Canela. Explica ele, a mim e a Glaucio, como são as “negociações traiçoeiras” a que os brancos submetem a comunidade: “Então isso deixa a gente lá embaixo, humilha [...] a gente fica sem voz nem língua pra falar contra isso. É uma luta desigual. Raimundinho acrescenta: “O governo fala demais dessa questão ambiental. A política do território virou política do meio ambiente [...] e eu não sei como fica o índio nisso”. Na concepção do sábio ancião, Raimundinho, as transformações

propulsionadas pelos projetos ambientais, no território, devem começar a enxergar “o índio como um ser humano de hoje. Porque não somos mais o que o Colombo encontrou há 500 anos atrás. Lembrando dos seus ensinamentos aos mais jovens, posto ser um dos primeiros professores da aldeia, disse esperar que “Glaucio e outros continuem estudando o grau superior para poder explicar melhor a nova gestão territorial, no pátio, para nossas lideranças”, ratificando suas justificáveis críticas, ressalvas e reticências: “não é que o índio Canela Ramkokamekrá não gosta do branco, como alguns falam. Falo de respeitar as pessoas, ser igualmente respeitado e aprender com elas, um com o outro”.

“Depende quanto dinheiro vamos receber nessa indenização [...] o Canela não dinheiro, mas o dinheiro compra muitas das coisas que precisamos”, proferiu Marcelo Canela, em uma das assembleias de pátio que discutia o ressarcimento de impactos ambientais quanto às novas redes de transmissão de energia e internet, a serem instaladas no território Kanela. Não se come dinheiro. Pode-se comer um animal selvagem, uma planta nutritiva, peixes, além de frutas e leguminosas plantadas nas roças. Mas uma televisão ou celulares – bens de consumo presente em quase todas as casas, nas mãos de cada uma das pessoas, da aldeia Escalvado –, faz-se necessário o recurso ao dinheiro para comprá-los; de modo que, a eletrificação, a conectividade via internet, “tornam a vida melhor para todo mundo, porque o índio não está em uma ‘prisão’ como *irkré-ré* [alusão às reclusões rituais]... somos seres livres!”, qual salientado por um ancião da classe de idade superior. Os sujeitos Memörtumré Canela não estão aprisionados às suas reservas territoriais demarcadas, nem ao passado colonial, tampouco a representações exóticas da cultura e do meio ambiente. São livres. Os modos de ação e organização política praxiológica não são meras repostas espasmódicas, “reações imunológicas”. A arena política, social e econômica é muito mais plástica, volúvel, incerta, escorregadia, ou seja, manifesta em diferentes estratos superpostos de complexificação.

A visão a respeito da natureza é assim... a importância que ela tem para todos nós, é dada pela convivência entre os seres humanos e quaisquer outros seres vivos que possam morar. Para nós a natureza é de suma importância na parte de proteger, na parte de sustentar, na parte de cuidar da minha saúde... assim, posso respirar, dormir e tudo que eu possa fazer enquanto tiver vida... porque é dela que tudo é transmitido e tudo é transformado para a gente... e a natureza faz isso porque sabe se comunicar também, porque ela tem vida... então eu considero ela a minha mãe... a terra onde eu nasci, onde eu vou crescer, ter meus descendentes e para onde irei voltar quando não estiver mais aqui na forma humana (Jucicleia Canela).

Se fizerem essas queimadas entre julho, agosto e setembro, nos impede fazermos o *amjiykhim* do jeito que deveria. Não vai ter fartura. A queimada

leva junto com ela os frutos nativos e os animais de caça; destroem as árvores. Muda o clima. Os invasores da terra indígena entram, pegam a madeira, tocam fogo. Tudo sem autorização da FUNAI e dos caciques. Eles parece que não sabem que temos organização política na aldeia e estamos de olho para ver quem entra e faz isso (Silvano Canela).

Na casa de Silvano, em uma noite enquanto assistia ao jogo do Flamengo, e os demais parentes e familiares seus jogavam cartas do lado de fora, conversamos por cerca de trinta minutos. Silvano demonstrava satisfação com a produção das roças e a criação de animais, constatando que fará um ótimo *amjiykhim* para o sobrinho *keéthwujê* recluso (tratado como filho segundo os costumes matrilineares herdados de seus antepassados), em virtude do vindouro ritual de passagem. Silvano não poupou críticas à FUNAI e à gestão interna de caciques e lideranças sobre a T.I Kanela. A preocupação com a sobrevivência da biodiversidade e do ecossistema comportados na terra indígena, é contrastada com os dilemas fundiários insolúveis e cronificados ao longo tempo. “A queimada leva os frutos nativos e os animais de caça”, “a destruição das árvores está modificando o clima”. Uma coisa vai levando à outra. E sentindo-se isolados, desamparados, desprotegidos, a militância política e a organização comunitária, têm de encontrar os seus próprios meios; fiscalizando, “estando de olho para ver” quem são os reais responsáveis ou aqueles subordinados ao mando de fazendeiros regionais. Se existe alguma “visão” dos Memörtumré a respeito da natureza, ela não é uma cosmovisão: a natureza é, como assinalou Jacilene “a terra onde nasci, cresci, terei meus descendentes” e continuará não mais sob uma forma humana. A natureza somos todos nós humanos, os seres não-humanos, os seres inanimados, os lugares habitados, habitáveis e até mesmo por isso “ela sabe se comunicar também”, não é só o abrigo da vida, “ela tem vida”

Para a maioria dos indivíduos Memörtumré Canela - menos familiarizados com as políticas ambientais -, a conservação do ecossistema territorial é de fato importante; melhor ainda se acompanhada de melhorias nas condições de vida material da população. "O meio ambiente, o ar que respiramos, os animais que caçamos... Tudo isso nós respeitamos e precisamos. Mas assim como precisamos de água para viver, precisamos de casa, roupas, educação, saúde, tecnologia, meios de transporte", afirmou Jucicleia Canela. Em concordância, segundo Misael Canela, a “preservação da natureza, meio ambiente... é bom, é importante... Contanto que tenha comida, casa, saúde, educação, condição de comprar as coisas". Na ocasião desta conversa, quando dirigia a sua caminhonete, de Barra do Corda para a aldeia Escalvado, Misael se utilizou da expressão

"costuram camisas"⁵, a fim de fazer alusão ao modo como os órgãos ambientalistas usam de artifícios para "uniformizar" os indivíduos em torno dos seus interesses. Me fez pensar, num exercício de imaginação heurística, que ao costurar as camisas, estariam os ambientalistas, paralelamente, costurando, simbolicamente, a adesão das pessoas a participarem dos projetos socioambientais. No final das contas, Misael quer demonstrar que apenas vestir os indígenas com a camisa estampada de um projeto ambiental, não é suficiente. Muito mais precisa ser feito. Sem o que, tratar-se-ia de um gesto vazio.

De fato, muitos dos projetos ecológicos desenvolvidos na aldeia Escalvado, junto aos sujeitos indígenas Memörtumré, criam expectativas, despertam aspirações tão distanciadas do “bem-comum”, da partilha solidária, da comunidade dos bens, socialmente distribuídos, do “bem-estar coletivo-igualitário” etc. quanto o desejo de “progredir na vida” por meio do enriquecimento pessoal e individual, no espaço desigualitário das relações capitalistas: ter um bom emprego, com qualificação técnica, salários altos; obter acesso às tecnologias atuais e ao melhor dos bens de consumo em geral; possuir boas casas, carros, terras, reconhecimento social; tudo isso, claro, sem abrir mão da propriedade coletiva autônoma do território indígena. Os meios coletivos de produção da luta por justiça social, e o alcance de condições materiais dignas de existência, não são mutuamente excludentes para as pessoas indígenas, como faz transparecer as matrizes de uma ilusão construída com caráter peremptório, fortemente condensada, incrustada em consciências e corpos; arranjos/esquemas espelhados na efetuação ou impedimento das condições sociais de possibilidade.

Também na tecitura dos projetos surgem as aspirações quanto ao “desenvolvimento econômico” da comunidade, carregados por simbologias próprias do capitalismo: ter acesso ao dinheiro, às possibilidades de consumo, aos bens de consumo etc. Finalmente, importante pontuar que, não me refiro a Projetos apenas como iniciativas/planejamentos de ação estratégica, com modos de execução estabelecidos e finalidades programáticas. Projetos Socioambientais de Gestão Territorial Indígena, são construções políticas forjadas no tecido assimétrico de relações de poder, cujo bojo

⁵ Chamemos esses discursos de alegorias decoloniais [representações êmicas], em oposição às alegorias coloniais de caráter hegemônico. Por outro lado, as observações in loco da pesquisa de campo, me permitiram, junto aos sujeitos, construir a representação teórico antropológica de esquadro diversificado de ações que envolvem resistência, manipulação, muitas vezes subversão [modalidades da ação social], do que era para ser originalmente o plano de execução (proposta, desenvolvimento, resultados) de projetos socioambientais, implementados junto à comunidade indígena Memortumré Canela, com qual construo os meus estudos etnográficos [micropolíticas e microsociologia e dimensão/escalas de ações em contextos contemporâneos macropolíticos].

essencial é a implementação e aplicação de regimes sobredeterminados de codificação – previamente definidos pelas instâncias de dominação – quanto ao controle regulamentar (jurídico, político, econômico, administrativo) dos territórios indígenas; redimensionando, assim, as modalidades de relação entre agentes políticos, diferentes efetuidores de poder (Estado, ONGs, Cooperação Internacional) e sociedades indígenas.

Tudo isso implica nos questionarmos frente aos discursos romantizados – veiculados por líderes mundiais, chefes de Estado, ONGs nacionais e estrangeiras e até mesmo de sujeitos indígenas (do movimento indígena), letrados por esta gramática política da sustentabilidade, das agendas pró-Amazônia etc. – perante os quais o restante da biodiversidade faunística e floresta, em sua quase totalidade, se deve às populações “nativas” em todo o mundo, tendo em vista ser estes os habitats nos quais elas harmonicamente vivem. Não custa lembrar que uma grande parte dos grupos indígenas, no Brasil, encontram-se em situação de quase confinamento em reservas, uma outra demografia populacional significativa morando nas cidades, ou ainda em conflituosas áreas de retomada, sem a demarcação territorial; mas também sem acesso a água potável, sem segurança alimentar, sem abrigo, sendo alvos de violências, epidemias, submetidos a situações inumanas das mais degradantes, em um quase completo abandono pelos governantes do país ao longo da história.

As noções de autonomia cultural, política e territorial, de sustentabilidade da vida social em relação ao meio ambiente – e até uma certa ideia de preservação de modos de vida ditos ancestrais, ligados a uma suposta relação substancial com a natureza –, são parte integrante da gramática política advinda, tanto do ativismo de ambientalistas não-indígenas quanto de atores políticos indígenas que pertencem aos quadros do movimento socioambiental (dentro ou fora das instituições). Muitas vezes são reflexos de apropriações dos discursos dominantes por parte dos indígenas, que os reproduzem (com seus interesses intrínsecos). Faz-se necessário reforçar o fato de que as políticas ecológicas de Estado ou supraestatais, nacionais ou internacionais, governamentais ou não-governamentais, incidem, na maioria das vezes, em questões prioritárias da comunidade, como em relação aos conflitos fundiários. Em outros casos, os indivíduos as acionam, mobilizados por desejos derivados da ordem do ordinário: construir uma casa de tijolos, comprar uma moto, ganhar um notebook etc. O que para eles – a etnografia pode revelar – são imediatamente e circunstancialmente tão relevantes o quanto.

As narrativas de diferentes sujeitos mostram que não há lugares fixos ocupados por diferentes instâncias: Corporações políticas, econômicas e financeiras internacionais;

governo nacional; representações governamentais indigenistas; ONGs; Organizações, Associações e demais representações políticas dos povos indígenas; e a própria população uniformemente denominada indígena e diferencialmente seccionada em etnias.

Considerações finais

O indigenismo ambiental não é um fenômeno totalmente “importado”, incorporado por um fagocitado eixo geopolítico nacional. Os elementos do ambientalismo global e do indigenismo estatal se interpenetram. De modo comutativo constituem um campo de atuação ambientalista ao indigenismo, em que tradições e inovações se complementam, abrem novos caminhos, ao converterem seus múltiplos pressupostos subjetivos em novas sínteses de subjetividades e multiplicidades.

O indigenismo ambientalista, seja através da gestão ambiental-territorial das terras indígenas, seja pelo envolvimento político direto com as comunidades indígenas e as suas modalidades de relação com os territórios; produz, neste entrecruzamento, novos regimes de codificação e simbolização do território; outras dimensões da territorialidade indígena. As representações reflexivas produzidas pelos narradores e pensadores Memörtumré – nossos referenciais teóricos “nativos” – nos desafiam a pensar o que se denomina esse “modo de relação com a terra”, suas disposições ecologizadas (impulso ao ecológico) e territorialidades pluralizadas. O que é possível abstrair do que querem dizer com o que dizem? De certo, me cabe mais o diálogo teórico com os interlocutores – a continuação escrita do pós-campo, na “escrita etnográfica do campo” – que a atividade analítico-interpretativa, embora esta possa ser, ocasionalmente necessária. Os contradiscursos dos sujeitos indígenas demonstram que este modo de vida territorial emerge de uma teia de concepções experienciais acerca da relação à terra. O que defini como territorialidades e ambientidades territoriais, não se encontra fechado, engessado. As formas de compreensão que dele possam ser deduzidas variam com a experiência, as relações, as mudanças e as representações daí constituídas.

Por seu turno, as *situações históricas* e a *fricção interétnica* (Oliveira Filho; Cardoso de Oliveira), naquilo que tange aos processos de gestão ambiental das terras indígena, não anulam nem se contrapõem aos antigos paradigmas indigenistas; sequer estes se deixam substituir, capturar ou apreender-se em sua totalidade, pelas coordenadas sustentáveis globalizadas. São processos que concorrem entre si, produzem novas sínteses e, muitas vezes, inegavelmente, orbitam/gravitam (não de maneira permanente,

estabilizada espacial e temporalmente) as diretrizes ambientais, posto que hegemônicas – diante das quais são drenadas a política de gestão das terras indígenas, bem como as próprias dinâmicas e semânticas da ação política indígena: forjam-se sujeitos, representações políticas ambientalistas e disputas – por dominação, controle, legitimidade – em torno dos regimes de ambientalização e produção das territorialidades indígenas.

Trata-se de contiguidades, territorialidades e ambientalidades. Projetadas sob sociabilidades indígenas diversas, recebem repertórios históricos, políticos, culturais e espaciais, simbolicamente transmutantes, desviantes, descodificantes (ao invés de decodificantes). Não são apropriados/assumidos de maneira amorfa, sem resistências, recombinações, produções outras, ações sobre ações, derivações. Destarte, quando falo em territorialidades indígenas, não me atenho ao território físico em sua rigidez geográfica e jurídica, mas às territorialidades⁶ virtuais, cujas sensibilidades são intangíveis, as escalas não fixadas, moventes, processuais. Neste sentido, fissuras multiplicam-se, linhas divisórias, fronteiras, separadores são borrados ou dilacerados: realidade/representação, real/imaginário, corpo/alma, material/abstrato, físico/metafísico, verdade/aparência, ambiente/cidade, terra/propriedade. A territorialidade em seu circuito virtualizado, está na terra indígena, mas também nas terras perdidas, vilipendiados nos antepassados; nas cidades, nos percursos, nas relações nas identidades, nas representações memoriais, afetivas, nos enfrentamentos políticos.

Os processos aos quais menciono, podem e devem ser pensados de modo concomitante. Os processos históricos de territorialização (de construção dos aparatos territoriais indígenas segundo certas burocracias, legislações, bases antropológicas) e subjetivação (representação do Sujeito comprometido-com, isto é, sujeitado-a, sistemas de poder perante os quais a dominação prospera; legitimados como se existissem por si, coincidindo consigo, seu Eu abstrato). Tais modelos processuais organizam o campo político-ideológico administrativo, os fluxos de poder e discursos, em suas relações coloniais de dominação/sujeição, impostos às sociedades indígenas; conectados entre si, embora efetivados diferencialmente, em cada contexto histórico, geográfico e societário específico. A subversão do Poder – a cadeia de engrenagens macro e micropolíticas de

⁶ Existem diferentes regimes de territorialidade que concorrem no mesmo território. Eles se dão mediante modos de vida; nem acima, nem subjacente, nem adjacente ao território demarcado, mas através dele: as construções mentais de um território habitado por um outro *habitar*; as dinâmicas de mobilidade social no território Kanela, pelos mais diferentes fatores, desde as estações do ano, períodos de caça, períodos das plantações, ciclos rituais, divisões por conta do sistema de metades, rivalidades internas (onde se fundam novas aldeias), morte de familiares, entre as mais abrangentes possibilidades.

poderes entrelaçados –, pelos povos indígenas, passa pelo exercício de contrapoderes, contrainvestimentos ideológicos; na ruptura com os processos de territorialização, ressignificando-os, desterritorializando-os – solapamento a própria lacuna que constitui o Territorial-no-Sujeito; a radical dessubjetivação subversiva-transgressiva das pseudorepresentações do “índio naturalista”, no interior mesmo das redes de relações industriais nas quais operam as lógicas produtivas ambientais . Não se trata, assim, da produção de outros sujeitos e territórios (recodificações), mas antes, da dissolução das cadeias de subjetivação e territorialização. Em lugar do Sujeito, os sujeitos; como resultado da desterritorialização do (não-captura pelo) “territorial”, as territorialidades.

Outros modelos de desenvolvimento econômico, que ainda não aderiram à semântica e ao *modus operandi* da sustentabilidade, persistem, e continuam a acossar os povos indígenas, projetados como “ameaças ao progresso”. Neste sentido, é preciso considerar as contradições e ambivalências, inerentes ao próprio capitalismo. A identidade étnica e a ambientalidade territorial indígena tornaram-se, não apenas emblemas de uma autoafirmação social e politicamente engajada, sob o registro de codificações globalmente desterritorializadas. Mas sobretudo, e não obstante, de uma malha de interdependências cujos tentáculos extravasam o âmbito do que se podia chamar de política indigenista nacional.

Referências bibliográficas

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A Sociologia do Brasil Indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1972.

_____. *O índio e o mundo dos brancos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza (Org.). *Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública*. Rio de Janeiro: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

_____. Povos Indígenas no Brasil contemporâneo: De tutelados a “organizados”? In: LIMA, Antônio Carlos de Souza; SOUZA, Cássio Noronha Inglez de; ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de; SONDRA, Wentzel (Org.). *Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007.

_____. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Sociedades indígenas e Indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, UFRJ, 1987.

MATOS, Maria Helena Ortolan. Execução e gestão de projetos indígenas: criando tradição e/ou reflexão? In: *Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007.

_____. Projetos Indígenas e diálogos tripartites na IX ABANNE: experimentando a interculturalidade na produção de conhecimentos antropológicos. In: *Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007.
OLIVEIRA, Adalberto Luiz Rizzo de. *Messianismo Canela: entre o indigenismo de Estado e as estratégias do desenvolvimento*. São Luís: EDUFMA, 2011.

_____. *Ramkokamekrá-Canela: dominação e resistência de um povo timbira no centroeste maranhense*. São Luís: EDUFMA, 2018.

_____. Projetos de desenvolvimento, mudanças socioambientais e povos indígenas no centro-sul do Maranhão. *Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)*, Fortaleza, ano 4, v. 2, n. 8, p. 41-54, jul./dez. 2011.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “O nosso governo”: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero, 1988.

_____. *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

PERES, Sidnei Clemente. *Política da Identidade: associativismo e movimento indígena no Rio Negro*. Manaus: Editora Valer: 2013.

VELHO, Otávio. *Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área Transamazônica*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

_____. Da “Plantation” à Agricultura Capitalista; A Fronteira Amazônica e o Campesinato. In: _____. *Capitalismo Autoritário e Campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

VERDUM, Ricardo. *Etnodesenvolvimento: nova/velha utopia do indigenismo*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2006.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.